



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº /2012

(Do Sr. AMAURI TEIXEIRA e Da Senhora BENEDITA DA SILVA)

Requer a realização de audiência para debater os impactos do amianto na saúde dos trabalhadores e consumidores.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos art. 117, combinado com o art. 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência para debater os impactos do amianto na saúde dos trabalhadores e consumidores.

Serão convidados:

Representante do **Ministério da Saúde**

Representante da **Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto - ABREA**

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo é fomentar a discussão sobre os impactos da utilização do amianto à saúde dos trabalhadores e da população, os efeitos cancerígenos, bem como no meio ambiente.

Estudos científicos apontam o amianto como causador de mortes por câncer de pulmão, mas também indicam diferentes graus de malefícios de acordo com a variedade do asbesto.

A legislação atual (Lei 9055/95) permite a extração, produção, industrialização, utilização e comercialização da variedade de amianto crisotila (asbesto branco) e deverá ter sua constitucionalidade julgada pelo STF nas próximas semanas. Esse produto foi banido há muito tempo na Europa e o Brasil é o 4º produtor e consumidor do mundo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

No último dia treze de fevereiro tribunal de Turim na Itália condenou a 16 anos de prisão empresários da Eternit e além do pagamento de indenização as 2.191 famílias das vítimas fatais do pó de amianto. Essa é uma decisão histórica e precisa ter reflexo no Brasil

Existem no Brasil trabalhadores vitimados que buscam reparação há mais de quinze anos pelos danos sofridos e o reconhecimento de suas doenças profissionais.

A lógica produtiva, o modelo empresarial que sonegou por anos a informação sobre os riscos associados a sua principal matéria-prima, o amianto, o pior negou reparação aos que se acometeram de doenças.

Há um problema ainda mais relevante ao invés de decretar autofalência, como na Itália, aqui no Brasil os empresários estrangeiros se livraram do enorme passivo da Eternit, e a partir daí passando a ser empresa de capital nacional.

O ritmo lento de tramitação dos processos indenizatórios faz com que poucos processos cheguem ao estágio final e nesse sentido é necessário, que o julgamento desses processos seja agilizado dado os malefícios provocados pelo uso do amianto.

Sendo assim, pela importância do debate, solicito o acatamento ao presente requerimento, pelos parlamentares da Comissão de Seguridade Social e Família.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2011.

AMAURI TEIXEIRA
Deputado Federal (PT-BA)

BENEDITA DA SILVA
Deputada Federal (PT-RJ)